

A GAZETA

PROPRIETARIO E DIRECTOR—Victal d'Araujo

ANNO I.	Redacção e typographia Praça da Matriz	Pública-se seis vezes por mês Cuyabá (Matto-Grosso) 6 de Julho de 1889.	Assignaturas TRIMESTRE 3,000 rs [Icon] Pagamento adiantado	NUMERO 44
---------	---	---	--	-----------

A Gazeta

Cuyabá, 6 de Julho de 1889

Uma Reparação

Não podemos deixar passar sem um reparo o que a nosso respeito aprovou a *Situação* dizer, em seu editorial de domingo passado, relativamente as razões que demoveram a presidência da província para, arbitrariamente, rescindir o contrato que firmamos com o governo provincial em data de 16 de Janeiro d'este anno para a publicação do expediente.

Admira-nos, porém, que só hoje a *Situação* tratasse dessa questão, invertendo tudo a seu bel-prazer, quando deixou de o fazer em contraposição ao que dissemos no nosso editorial de 1º de Maio, sobre este assunto.

O ex-presidente d'esta província, Coronel Melo Rego, preenchendo as formalidades exigidas pela lei n.º 758 de 15 de novembro do anno passado, mandou publicar editais na propria *Situação*, chamando concorrentes ao serviço da publicação dos actos officiais; facto que não se deu agora no contrato com esse jornal que serve-se de suposições indecentes para justificar um acto illegal e abusivo da autoridade.

Para o cumprimento dos nossos deveres, e, de harmonia com as condições que estipulamos no nosso contrato, o formato d'*A Gazeta* é suficiente, além

de que a publicamos seis vezes por mês ao passo que *A Situação* o faz somente quatro vezes.

Já o dissemos, repetimos e provocamos a *Situação* para que nos desminta: de acordo com o nosso contrato, nunca atrasariamo's a publicação do expediente, ao contrario, esse serviço sempre se faria com muita prontidão, apesar do «pequeno formato d'*A Gazeta*»; se elle atrasou foi em virtude de termos que publicar serviço que não nos competia.

E porque razão, «A Situação» que «evalisa» com o *Jornal do Commercio* — em tamanho — não publicou ainda um expediente, si quer, da actual presidência, quando está contractada para esse fim desde 16 de Abril?

Argumentações sophísticas não podem justificar actos illegaes que estão no domínio publico.

Muito embora *A Provincia*, por ser jornal de oposição, não se apresentasse em concurrence;

muito embora as propostas d'*A Gazeta* e da *A Tribuna* fossem postas à margem pelos diminutos de seus formatos, a presidência da província, à bem da sua moralidade e da rigorosa observância as leis, devia

mandar publicar editais chamando concorrentes para o serviço das publicações dos actos officiais, e não proceder como procedeu fazendo escandalos e compadrescamente esse contrato com a *Situação*.

contracto em que se caracteriza, desvendadamente aos olhos de todos, o imme-

ral proteccionismo que o presidio.

Não nos convence, pois, o articolista oficial qual diz que o sr. dr. Souza Bandeira lhe pediu que aceitasse o contracto e que a folha conservadora o fez «exclusivamente por diferença para com a administração».

Precisava-se presentear a *Situação* com a avultada somma de cem mil reis que ganhavamo's pelo nosso trabalho; precisava que alguém da redacção, que traz o seu pomposo nome estampado no coronal d'aquele orgão político, ganhasse esse dinheiro — eis o que é.

metter-se em assumptos políticos: a sua missão era a do poder espiritual, com o qual ocupou-se muito e bem o imitou Pedro. Vieram os Papas que dizem ser os secretários fiéis de Christo, os quais ambiçiosos de governar, não satisfeitos com o grande poder espiritual, que foi a ruína e o escândalo da Igreja. Por nossa desgraça este domínio durou muito: depois de tantos séculos a providencia quiz pôr termo a tantos escândalos, tirando ao Papa o poder que Christo não deixou desejar de ver reformada a sua Doutrina. Foi então em 1870 que teve lugar este grande sucesso. Muitas se oppuseram á «vontade divina», houve até um cónclave de Bispos que fez um protesto, dizendo

Communicado

O poder temporal

Muitos, sem dúvida, ignoram a origem do poder temporal, e com razão alguns partidários do Papa odeiam os italianos, que, com justo direito, no dia 20 de Setembro de 1870 retomaram aquillo que a natureza deo-lhes ab eterno.

Nos primeiros séculos da idade media o papado gozou de uma grande influencia, devida à «magia» dos padres e à ignorância dos povos.

Eram passados os tempos de Christo e de Pedro, quando proegrava-se ensinar e converter o povo com o exemplo e não com a força, como nos tempos medios, e infelizmente até os tempos modernos.

Durante os 33 annos que Christo passou sobre a terra, segundo diz a história, Elle nunca procurou

que o poder temporal era sagrado (não sei em que paginas do Evangelho acharam escriptas tais palavras); tanto é verdade, diziam elles, que o mesmo Constantino, achando assim deo Roma ao Papa e mudou a capital para Bizancio, hoje Constantinopla.

Perguntamos nós a esses senhores — quem foi que deu permissão a Constantino para dar aquillo que não era d'elle?

Se o poder temporal fosse sagrado, sem dúvida Christo o teria deixado, mas Elle nem lembrou-se d'isso.

A final dizemos: Deos não quer que o Papa se introduza em negociações políticas, quer que procure reformar os costumes da padres, e si elle assim o deseja de ser mais feliz.

Regulamento do Ensino Primário da Província de Matto Grosso.

(Conclusão):

15—Abrir, numerar, tubricar e encerrar os livros que tiverem de servir para escripturação nas escolas públicas do seu distrito.

16—Impôr aos professores as penas a que estão sujeitos na conformidade deste regulamento.

17—Fazer inventário dos móveis e utensílios destinados às escolas.

18—Prestar ao Director Geral todas as informações que lhe forem exigidas sobre o serviço a seu cargo.

CAPITULO 11

Directoria Geral do Ensino Primário

Artigo 49—Haverá uma repartição especial com sede na capital a cargo do Director Geral, onde será despachado o serviço do expediente do ensino primário. Para auxiliar o Director Geral no serviço do expediente haverá um amanuense da livre nomeação do Presidente da Província que ao mesmo tempo servirá de portero.

Artigo 50—Na Directoria Geral haverá os seguintes livros:

1º—Livro geral da correspondência.

2º—Livro da correspondência com os professores e inspetores escolares.

3º—Livro de juramento dos professores.

4º—Livro da matrícula dos professores.

5º—Registro geral dos inventários das escolas.

6º—Livro de inscrição para os concursos e actas dos mesmos.

7º—Livro da porta onde se lançará a nota dos ofícios e requerimentos que tiverem entrada na Repartição.

Artigo 51—Incumbe ao Amanuense:

1º—Escripturar os livros da Directoria Geral.

2º—Escrever e registrar a correspondência que tiver de ser assignada pelo Director Geral.

3º—Abrir a repartição ás 9 horas da manhã e fechá-la ás 3 da tarde nos dias utéis, conservando-se nella todo o tempo que durar o expediente.

4º—Executar os trabalhos que lhe forem cometidos pelo Director Geral.

Artigo 52—Nos impedimentos que durarem menos de 30 dias, será o amanuense substituído por pessoa que for designada pelo Director Geral; além desse prazo cabe ao Presidente da Província a nomeação interina.

CAPITULO 12

Disposições gerais

Artigo 53—Os vencimentos do Director Geral serão de 1:000\$000, sendo dois terços ordenado e um terço gratificação. Os vencimentos do amanuense da Directoria Geral serão de 400\$000, sendo dois terços ordenado e um terço gratificação.

Artigo 54—A execução do artigo 2º deste Regulamento, quanto à distribuição das escolas e sua regência, só começará depois que for este Regulamento aprovado pela Assembléa Provincial.

Artigo 55—Os professores interinos, quando não terão direito a vencimento algum.

56—São feriados nas escolas públicas, os dias santificados, os de luto ou fes-

ta nacional, o dia 22 de janeiro, 13 de maio, 13 de junho, o da abertura da Assembléa Legislativa Provincial, os da semana santa, os do carnaval, e as quintas feiras nas semanas em que não houver dia santificado.

Artigo 57—Este Regulamento será submetido à aprovação da Assembléa Legislativa Provincial, em sua próxima reunião.

Artigo 58—Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palacio do Governo da Província de Matto Grosso, em Cuiabá, aos 7 de junho de 1889.

Antônio Hercílio de Souza Bandeira.

1.ª Secção—O Presidente da Província, usando da autorização conferida pela lei provincial nº 628 de 28 de junho de 1883, e attendendo ao que representou o Director Geral do Ensino Primário e Presidente do Conselho Superior da Instrução Pública sobre a necessidade urgente de se dar organização definitiva ao dito Conselho, de acordo com o artigo 6º § 2º do acto de 31 de março ultimo, afim de que o mesmo possa reunir-se e funcionar, resolve que seja observado o regimento interno desta data.

Palacio da Presidencia da Província de Matto Grosso, em Cuiabá, aos 6 de junho de 1889.

Antônio Hercílio de Souza Bandeira.

Regimento Interno do Conselho Superior da Instrução Pública da Província de Matto Grosso

Artigo 1º—O Conselho Superior da Instrução Pública da Província de Matto Grosso, criado pelo acto da Presidencia de 31 de março de 1889, compõe-se de sete membros, sendo três efectivos e quatro amoáveis.

Os membros efectivos são:

Reitor do Lycée Cuiabano.

Director Geral do Ensino Primário.

Director do Externato do Sexo Feminino.

Os membros amoáveis são:

Um professor público primário da capital, eleito pelos seus collegas.

Tres pessoas de distinção, estranhas ao magistério público e nomeadas pelo Presidente da Província.

Artigo 2º—Os membros amoáveis servirão por dous annos civis, e não poderão ser reconduzidos. Um vez antes de findar o bienio, o Presidente da Província fará as novas nomeações que lhe competirem, e o Director Geral do Ensino Primário convocará os professores públicos primários da capital para a nova eleição.

Artigo 3º—As sessões do Conselho Superior serão presididas pelo membro que o Presidente da Província designar. Nas suas faltas ou impedimentos, será substituído pelo que na occasião da sessão for aclamado por seus collegas.

Artigo 4º—Nas faltas ou impedimentos dos membros efectivos do Conselho Superior serão convocados para as sessões os seus substitutos legais, cumprindo áquelle fazer a necessaria comunicação.

Artigo 5º—Os membros amoáveis que faltarem a duas sessões consecutivas, sem causa justificada, perderão os seus cargos.

Nas faltas ou impedimentos do professor elíto-

será elle substituído pelo professor mais antigo em exercicio na capital; para substituir os outros tres membros, o Presidente da Provincia nomeará um subsituto, que servirá nas mesmas condições dos membros anoviveis.

Artigo 6º — Compete ao Conselho Superior:

§ 1º — Consultar sobre as questões de instrução publica, a respeito das quaes for ouvido;

§ 2º — Elaborar quaisquer trabalhos que sejam necessarios para melhoramento da legislação escolar;

§ 3º — Dar parecer sobre as provas dos concorrentes aos logares do magisterio publico primário e secundário.

§ 4º — Informar os requerimentos dos professores sobre vitaliciedade, remoção, conservação no magisterio depois de 25 annos de serviço, e aposentadoria;

§ 5º — Julgar os processos disciplinares que forem instaurados contra os professores publicos.

§ 6º — Propor ao Presidente da Provincia quaisquer medidas que pareçam necessarias para promover o desenvolvimento da instrução publica na Provincia, e representar contra as irregularidades que chegam ao seu conhecimento.

Artigo 7º — Os membros do Conselho Superior serão distribuidos por tres comissões, de dois membros cada uma, designados pelo respectivo Presidente: comissão pedagogica, á qual incumbirá o estudo das questões definidas nos §§ 1º e 2º do artigo anterior; comissão administrativa, que terá a mesma atribuição quanto aos §§ 3º e 4º; comissão disciplinar, que terá a mesma atribuição quanto ao § 5º. As questões que se agitarem com referencia ao § 6º, serão distribuidas pelas comissões conforme a sua natureza.

Artigo 8º — Nenhuma questão será objecto de deliberação do Conselho Superior, sem que proceda o parecer da comissão respectiva, e para cada questão o Presidente designará o relator.

Artigo 9º — O Conselho Superior se reunirá ordinariamente no primeiro dia útil de cada mez, ou extraordinariamente quando, por necessidade urgente do serviço, for convocado pelo seu Presidente. Em todos os casos serão os membros previamente avisados das questões que deverão ser tratadas nas reuniões ordinárias ou extraordinárias.

Artigo 10 — O Conselho Superior só poderá funcionar com a maioria absoluta de seus membros, contanto que nessa maioria estejam incluidos os tres membros effectives ou seus substitutos legaes.

Artigo 11 — Servirá de Secretario do Conselho Superior um dos respectivos membros eleito por seus collegas, e compete-lhe escrever a acta das sessões no livro competente, redigir e registrar a correspondencia oficial do Conselho.

Artigo 12 — Quando tiver de dar parecer sobre as provas de um concurso, o Conselho Superior, depois de haver examinado a informação da comissão competente, transmitirá o parecer ao Presidente da Provincia sob sua responsabilidade, cumprindo que se assinuem vencidos e declarem as razões de seus votos os membros que divergiram. No parecer, o Conselho Superior se manifestará: 1º sobre a regularidade do processo do concurso; 2º sobre a sufficiência das provas; 3º sobre as qualidades moraes e pedagogicas dos candidatos.

Artigo 13 — No processo disciplinar serão observadas as disposições establecidas nos Estatutos do Lycée Guyabano, e no Regulamento da Instrução Primaria.

§ 1º — Quando o professor submetido a processo disciplinar residir fora da capital, a intimação para defender-se sera feita por intermédio do respectivo ins-

pector escolar, o qual officiará ao professor e mandará entregá-lo, exigindo recibo do seu officio, com os documentos que lhe tiverem sido remetidos pelo Conselho Superior.

§ 2º — Quando o professor accusado estiver ausente em lugar incerto ou de difficult accesso, o que se verificará por meio de declaração de director geral de ramo de ensino a que se applicar o professor, será a intimação feita por meio de edictos, segundo as regras do processo comunum, e depois correrá o processo á revelia do acusado se não apresentar-se.

§ 3º — Quando, no interesse da acusação ou da defesa, se fizerem necessarias diligencias fora da capital, serão essas commetidas pelo Conselho Superior ao inspetor escolar competente, devendo disso ser intimado o professor accusado.

§ 4º — O professor accusado poderá apresentar a sua defesa por meio de procurador, e dar-lhe poderes para assistir a inquirição das testemunhas quando estas devam ser ouvidas.

§ 5º — O Conselho Superior só julgará definitivamente o processo quando a comissão disciplinar apresentar o seu relatorio, declarando que a questão está inteiramente esclarecida, e o professor per si ou por seu procurador houver igualmente declarado que nada mais tem que allegar em sua defesa, salvo se verificar-se que a allegação deste não tem outro fundamento senão protellar accusadamente o julgamento.

§ 6º — Quando a defesa do professor consistir na allegação de suspeição de algum dos membros do Conselho, sera o processo remetido ao Presidente da Provincia para decidir o incidente.

§ 7º — A decisão do Conselho Superior será redigida pelo Secretario em forma de sentença, com relatorio de toda a questão, e exposição dos fundamentos da condenação ou absolvição.

§ 8º — A sentença do Conselho Superior em processo disciplinar só pode ser proferida pelo Conselho pleno.

Artigo 14 — Este Regimento Interno será submetido à aprovação da Assembléa Legislativa Provincial em sua proxima reunião.

Artigo 15 — São revogadas as disposições em contrarie.

Palacio da Presidencia da Provincia de Mato-Grosso, em Cuyabá, 6 de Junho de 1889.

Antonio Herculano da Souza Bandeira.

NOTICIARIO

Souza Bandeira presidente da provincia.

Parece-nos uma bella obra de valor litterário o relatorio apresentado a assembléa.

Assembléa provincial. — Ao meio dia de 1º do corrente achando-se presentes 18 membros, sendo treze liberaes e 5 conservadores, fez s. exa. o sr. dr. presidente da provincia, sua entrada no recinto d'assembléa.

O presidente, capitão Generoso Ponce declarou installada a mesma assembléa, procedendo a leitura de seu relatorio, logo em seguida, s. exa. o sr. dr.

Relativamente à política o sr. dr. Souza Bandeira deu a perceber que pouchhe encommenda o facto de constituir-se à maioria d'assembléa provincial de deputados do partido opp.

sionista, por quanto éson trará s. exa., na terceira sessão administrativa, remedios apropriados no caso de qualquer procedimento hostil a sua administração.

Retirando o - e s. exa. precedido das mesmas formalidades com que penetrou no recesso da sala das sessões, continuou a funcionar a assemblea, com 17 membros, por se ter retirado o sr. ten. cor. Pina deputado da minoria.

Procedida a eleição para presidente obteve 16 votos o sr. capitão General Paes Leme de Souza Ponce e 1 o sr. protonotário Ernesto Camille Barreto, tendo os conservadores votado no sr. Ponce.

Seguiu-se a eleição para secretario e foram eleitos: 1º o sra. major Manoel Maria Metello, 2º o sr. tenente Flávio de Mattos e suplentes os srs. Joaquim José Correa e Antônio da Silva Albuquerque.

Por ultimo foram eleitos vice presidentes os srs. João Baptista de Almeida Filho, Virgílio Alves Correa e Francisco Gonzaga Cícero de Sá.

Em sessão do dia 2, foi pelo deputado Virgílio Correa apresentado um requerimento e uma indicação, o primo no sentido de ser pela mesma assemblea dirigida a da província do Rio Grande do Sul, uma congratulação pela resolução energica que foi tomada por aquella corporação em sessão de 22 de Abril do corrente anno; a segunda propôs uma felicitacão ao cidadão Gaspar da Silveira Martins, pela atitude energica que tomou como membro d' aquella mesma assemblea, propondo em sessão do referido dia 22 de Abril, medidas no intuito de evitar

que pelo delegado do governo central fosse nullificada uma decisão de exclusiva competencia das assembleas provincias.

Nessa mesma occasião foi apresentado pelo dito deputado um projecto de lei autorizando o presidente da província a mandar entregar ao prelado diocesano a quantia de 5.0000\$, para auxilio as despezas

com o projectado estabelecimento da educação da infancia desvalida.

Ponte do Coxipó

Em a nossa edição ultima, nos ocupamos das pontes da praia ou rua da Emancipação, appelladas para s. exa. o sr. dr. presidente da província, sobre os consertos de que elles precisão urgentemente.

S. exa., parece-nos, não teve tempo ainda de attender a essa reclamação publica.

Agora, chega-nos novas reclamações do Coxipó da Ponte—sobre o facto de transitarem pela ponte, carros carregados de taboas e generos, puchados por dez e mais juntas de bois, além de tropas também carregadas o que muito tem contribuido para o pessimo estado em que se acha já essa ponte que tanto dinheiro tem custado aos cofres provincias.

Ora, quando crescem as aguas do rio Coxipó, é natural que as tropas carregadas e carros transitem pela ponte, porém, presentemente que o rio está tão baixo aponto de dar passagem pelos tornozellos de qualquer mortal, a autoridade competente deve procurar meios de evitar o referido transito de tropas afim de tentar-se a conservação da mesma ponte.

Queixa

Em sessão do dia 3 do corrente foi presente à Assemblea a queixa documentada do ex-escrivão de paz do distrito do Rosário, Innocencio Bueno de Moraes, contra o Juiz de Direito interino da Comarca do Alto Paraguay Diamantino, bacharel Emilia no Augusto de Mattos.

Associação Literaria

Instala-se hoje a noite as palestras litterarias no salão da Associação Literaria Cuyabana.

Aniversários

Fizeram annos no dia 3 do padente a Exm^o. Sr. D^r. Jacintha de Sá, digna con sorte do sr. capitão Fran-

cisco Gonzaga Cícero de Sá, e ante-hontem o nosso prezado amigo Sr. tenente Joaquim Rodrigues Freire.

Parabens.

Fallecimento.

E' com muito pesar que noticiamos o prematuro falecimento do Sr. tenente Urbano Augusto de Araújo, escripturário do tesouro provincial.

A sua viúva e os de mais parentes transmittimos os nossos pezames.

Hospedes.

Achão-se nesta capital, há dias, os nossos amigos e distintos assignantes os Srs. Coronel Pedro Correa do Ceuto e tenente coronel Antônio Cezario de Figueiredo.

Comprimentamol-os.

Outro

Acha-se nesta capital, desde ante-hontem o sr. dr. Manoel Jose Murtinho juiz de direito da Comarca de S. Luiz de Cáceres.

Vinho superior para moças, encontra-se no armazém do Viciat.

Secção Livre.

AVISO

O abaixo assinado, presidente da Sociedade Emancipadora Matto Grossense, convoca os Srs. sócios para uma reunião na casa de sua residencia, hoje 6 do corrente ás 6 horas da tarde, á fim de tratar-se de negocio tendente á mesma sociedade.

Cuyabá, 2 de Julho de 1889.

Dr. Dameril José dos Santos Malhado

Editorial

O collector das rendas geraes desta cidade, convida os srs. collectados a viram pagar á beco do cofre da repartição, no mês de Agosto proximo a 1º de setembro, o 2. semestre do imposto de industrias e profissões, inclusive o imposto adicional de 5% o/0, relativo ao exercício corrente de 1889 : ficando sujeitos a multa de 10% o/0 sobre a importancia respectiva. — de 1º de Setembro em diante, — aqueles que não pagaram no dito mês de Agosto, na forma determinada nela circular do Ministerio da Fazenda n° 28 de 12 de Dezembre de 1887.

Collector das rendas geraes em Cuyabá, 2 de Julho de 1889.

José da Silva Tavares.

Anuncios

Cavalhada.

Está proxima a chegar a esta capital de uma luzida e bonita cavalhada Paranista composta de dantos e tantos animaes entre cavallos e éguas.

Previne aquelles que desejam fazer aquisição de bons e bonitos cavallos para que se reservem para a proxima vinda da mesma cavalhada que se efectuará por estes dias.

Cuyabá, 27 de Junho de 1889.

Joaquim Francisco de Mattos.

Na loja de Nho-Vete encontra-se bacalhão fresco à 600 rs. o kile.

No armazém do Viciat — Fruta da Matriz

Encontra-se os seguintes: — Passas frescas — Amêndoas — Confeites finos — Figos secos — Manteiga superior — Chá da india — Farinha Laetea — Leite condensado de Barbacena — Chocolate — Azeitona — Pickles — Petipoi em latas — Sardinha de Nantes — Belachinhas em latas — Cerveja sem acido salicílico — Vinho do Porto — dito virgem superior — dito branco — dito Vermouth, superior malte paraguayo e café.

Não se vende fiade.